

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

CARDOSO, Fernando. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.249-260.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=1161

FERNANDO CARDOSO

NASCEU EM 1937. Concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras em 1959. Coursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1973 e 1975. Comandou o 16º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Natal, em 1985/86. Em seguida, trabalhou na Escola Nacional de Informações (EsNI), onde permaneceu até meados de 1988, seguindo então para a China, onde permaneceu como adido militar até outubro de 1990. De volta ao Brasil, ficou seis meses na Secretaria Geral do Exército, foi promovido a general-de-brigada (maio de 1991) e assumiu o comando da 4ª Brigada de Infantaria, em Belo Horizonte. Entre maio e outubro de 1992, foi chefe do Centro de Inteligência do Exército, tendo sido nomeado, em seguida, para a chefia da Casa Militar do presidente Itamar Franco. De 1994 a janeiro de 1996, foi assessor especial do presidente Fernando Henrique Cardoso para a criação da Agência Brasileira de Inteligência. Em seguida, assumiu uma subchefia do Comando de Operações Terrestres, função em que permaneceu até passar para a reserva, em março de 1997, no posto de general-de-divisão.

Depoimento concedido a Celso Castro em Brasília, no dia 14 de abril de 1999.

O sr. foi nomeado chefe do CIE em maio de 1992, durante o governo Collor, sucedendo ao general Mendes. Ficou lá cinco meses, antes de ir para a Casa Militar de Itamar. O CIE acompanhava o que se estava passando durante a crise do governo Collor?

Não houve um esforço do meio militar para investigar as denúncias nem houve interferência dos militares. Acho que em nenhum momento houve algum tipo de participação, nem no sentido de procurar entender o que estava acontecendo, porque o processo ali foi confuso, veloz e fugiu do controle talvez até de quem o tivesse deflagrado. É claro que havia preocupação em procurar saber o que existia, mas o processo do *impeachment* foi muito tumultuado. Tanto que até hoje tem coisa que não foi decidida. O problema do Paulo César Farias na Justiça e do próprio presidente, nada daquilo ficou resolvido. O Paulo César já entrou em outro esquema, mas a respeito do próprio Collor, o que a Justiça fez?

O que se comenta às vezes é que Collor, ao extinguir o SNI, acabou pecando por não ter um órgão de informações que se reportasse diretamente a ele.

Acho que há algum exagero nisso, pois não é a falta ou a existência de um serviço de informações que vai determinar tudo isso. Acho é que, como em todos os grandes países do mundo, têm-se que tomar decisões amparado em dados confiáveis. Nós fazemos muita ligação de inteligência com *araponguice*. Não é isso, inteligência não é ficar espionando a vida das pessoas, inteligência é dotar o governo de pessoas, de instituições que lhe permitam tomar decisões adequadas nos momentos devidos.

Vou dar um exemplo: na crise cambial atual [1999], qual é o assessor que o governo tem, fora do Ministério do Fazenda ou fora do Banco Central, para emitir uma opinião? Esse é o aspecto. Todo o mundo faz imagem do agente de informação como camarada com um chapeuzinho, de óculos escuros, grampeando o telefone de alguém. Não é isso. Quer dizer, o grampo pode até ser um instrumento (que, hoje em dia, todo o mundo está usando). Mas inteligência não é isso, é dotar o governo de um instrumento que lhe permita ser devidamente informado sob vários assuntos.

É necessário compreender uma coisa: tem que haver pessoas qualificadas que trabalhem para o governo nesse sentido. No relacionamento com países, é preciso ter pessoas especializadas em determinadas áreas. No momento em que há uma transformação num país que interessa ao Brasil, tem que haver alguém que possa prestar uma assessoria confiável. Temos que contar com especialistas fora dos circuitos dos comerciantes ou dos exportadores, ou até mesmo dentro desses circuitos. Agora, achan-

do que inteligência é o sujeito só praticar *arapongagem*, aí não se vai criar nunca nenhum tipo de serviço que seja capaz de aconselhar. E o homem que faz esse tipo de atividade tem que ser credenciado, tem que ter um amparo do Estado, não vai fazer aquilo porque resolveu fazer, tem que ter um mandato.

O sr. não acha que a palavra “informações” ficou como um estigma?

Ficou. Vários estigmas foram criados. A própria palavra “informações” criou esse estigma. Outro fator que o favoreceu foi aquele personagem que o Tarcísio Meira interpretou naquela novela, o *Araponga*, em que havia um protótipo de espião. Hoje, quando você quer desmoralizar um homem, diz: “Esse é um Araponga”. Ou então: “Este aí está fazendo arapongagem”.

O sr. mantinha contatos com a SAE, quando estava no CIE?

Muito pouco, fiquei lá durante cinco meses. Além disso, a extinção do SNI foi um momento delicado, porque feriu muitas pessoas. Havia, naquele momento, uma pequena desconfiança entre todos que ali circulavam. E não havia muita interligação porque o próprio sistema havia se desfeito.

E com o Cenimar e com o Cisa, havia contato?

Sim, mas não especificamente naquele momento. Os contatos sempre foram de bom nível na área militar. Mas, naquele momento, tudo se passou muito rápido. Ficou todo o mundo atordoado.

Os órgãos de informações foram criados com uma orientação anticomunista muito forte. Quando o sr. está dirigindo o CIE, como se muda essa cultura institucional?

É muito difícil. É como se você estivesse fazendo um movimento e, de repente, tivesse que virar para uma região totalmente desconhecida. Havia inclusive situações legais a que os órgãos tinham que se adequar. Por exemplo, o cidadão podia fazer um requerimento e pedir seu *habeas data*. Isso era uma coisa absolutamente nova. Todos os órgãos estavam se adequando a essa nova visão do mundo. Durante esse período, é claro que não se pode fazer muita coisa: é preciso realinhar, verificar objetivos, verificar a nova política. Tudo isso demanda algum tempo, tanto é que hoje o Exército já tem uma escola de inteligência. Isso foi fruto de todo esse realinhamento.

O general Tinoco, antes de deixar o ministério, fez uma mudança, tirando o CIE do gabinete do ministro e vinculando-o ao Estado-Maior do Exército.

Houve realmente uma determinação nesse sentido, só que isso nunca foi implementado na realidade. Foi discutido e, depois de algum tempo, quando inclusive eu já tinha saído, o centro continuou ligado ao ministro. Tenho a impressão de que na Marinha e na Aeronáutica isso foi feito.

Por que não o CIE? Havia resistência do pessoal?

É, e até, muitas vezes, uma resistência oficial, colocada lealmente. Não foi traição, foi feito um estudo, as pessoas davam suas opiniões. Isso se faz tranquilamente.

Qual seria a diferença entre o CIE ficar vinculado ao gabinete ou ao Estado-Maior?

Isso é um princípio da atividade de inteligência. Ela é ligada ao órgão supremo da instituição. Esse é um esquema. Tomemos como exemplo o SNI. Pode-se dizer que isso é uma cultura do próprio SNI, do próprio regime militar etc. Mas as pessoas que trabalham com inteligência, de um modo geral, entendem que ela tem que servir ao poder maior — o ministro, no caso das Forças Armadas, e o presidente, no caso do SNI. Mudando para o Estado-Maior do Exército, já se coloca um outro elo na cadeia.

Do ponto de vista operacional, o CIE ficaria menos eficiente estando vinculado ao Estado-Maior?

O problema operacional tem que ser mais guardado, tem que ser diretamente cuidado, não pode ficar solto. Tem que ter “rédea curta”. Mas essa modificação não alteraria muito, não teria muita influência operacional. Se existe um bom planejamento, um bom controle da situação, serão feitas boas operações, que vão redundar em proveito para a atividade, e não em dificuldades para ela.

O sr. acha que o CIE demorou, comparativamente aos outros órgãos de informações das Forças Armadas, a diminuir de tamanho, em função dessa crise nacional que resultou no impeachment?

Acho que não. Talvez ele tenha se adequadado ao momento. Os próprios governos militares tiveram uma determinada circunstância em que a atividade de informações era privilegiada e tinha, inclusive, até poder político. Em função disso tudo, aquela atividade cresceu. No momento

em que decresceu, tudo decresceu junto: os efetivos, o próprio poder político. Em todas as atividades, em todas as instituições, existem políticas internas. Isso é natural. O que aconteceu foi, também, um decréscimo natural. Não havia aquela exigência, não tinha nenhum outro aspecto fundamental, a coisa foi murchando naturalmente. Foi mudando de curso, procurando se adequar às novas condições, privilegiando um outro tipo de inteligência, mais voltada, talvez, para o setor externo. Tudo isso ocorre naturalmente. E o pessoal está se ajustando, até hoje, neste sentido.

Na sua época, os oficiais que serviam no CIE já serviam há muitos anos? O sr. levou gente nova?

Não, na época em que estive no centro, fiz muito poucas modificações de ordem pessoal. Quase todas as modificações foram em função de requisitos das carreiras dos oficiais que serviam. Mas passei pouco tempo lá. Cinco meses não é um período que dê para estabelecer um sistema ou identificar um modo de atuação. Foram cinco meses muito velozes, muito rápidos. Se você fica muito tempo na atividade, adquire uma experiência muito grande. Mas tudo é relativo, você também se afasta de outras áreas importantes para a carreira.

Como o sr. foi para a Casa Militar? O sr. conhecia o presidente Itamar?

Eu não o conhecia, nunca havia falado com ele. Um dia, um companheiro — cujo nome não direi — me disse que eu estava sendo cogitado para o cargo. Respondi: “Você está fazendo uma sondagem ou um convite? Porque hoje eu sou diretor do CIE, e a primeira pessoa a quem devo cientificar de algo é o meu chefe. Eu não quero parecer, nem de longe, estar sendo desleal àquele a quem devo lealdade em primeiro lugar”. Ele desconversou. Achei estranho, mas, imediatamente, comuniquei o fato aos meus superiores.

Depois, chegou um outro companheiro com a mesma conversa. Fiquei na minha porque nunca fui, dentro da minha carreira, ligado a grupos. Não estou criticando quem foi. Mas sempre pertenci ao grupo dos meus amigos, das pessoas com as quais trabalhei.

O sr. serviu em Juiz de Fora, será que por isso não passou a ser da “república do pão de queijo”?

Mas servi lá por pouco tempo. Contando as três vezes em que servi lá, foram três anos, sendo que uma foi como aspirante. Não tive contato com Itamar, não tive contato com ninguém. Eu conhecia poucas pessoas

daquele grupo. É claro que conheço o Hargreaves. Foi colega de turma, companheiro de colégio... Mas ele nunca me falou nada. E então, depois de algum tempo — o governo do presidente Itamar começou, se não me engano, numa sexta-feira, 1º de outubro —, lá pela quinta-feira, um dia antes, essas duas pessoas que haviam feito contato em horas diferentes me disseram que eu deveria encontrar o presidente Itamar. Falei com meu chefe outra vez, avisei a todo o mundo e fui lá. Foi quando ele me convidou para ser o chefe da Casa Militar.

Evidentemente, as minhas raízes de Juiz de Fora devem ter influído na questão. Você sabe que o poder político, às vezes, procura elos. O meu pai, Álvaro Cardoso, também foi general e é também de Juiz de Fora. Nunca teve grande relação com o presidente Itamar, mas o conhecia.

Como foi sua experiência na chefia da Casa Militar?

É preciso fazer um paralelo entre a Casa Militar no regime militar e a Casa Militar no regime civil — eu, pelo menos, vejo assim. É uma coisa completamente diferente. Eu conheci a Casa Militar dentro do governo Figueiredo. Muito possivelmente, nos governos anteriores, ela deveria ser do mesmo feitio. A Casa Militar administrava de 90 a 95% do Palácio do Planalto. Tinha uma diretoria administrativa que coordenava toda a parte de transporte, de saúde etc., fora as subchefias militares, porque a Casa Militar tem uma subchefia da Marinha, uma do Exército e outra da Aeronáutica. Tem um subchefe executivo, que é uma espécie de administrador da Casa Militar. Então, essa é a Casa Militar no regime militar.

No regime civil, houve a desmilitarização do Palácio do Planalto. Os chefes de departamento, chefes de divisão etc., que eram militares, foram substituídos por civis, mudou-se o organograma. A Casa Militar que eu vivi interferia em talvez 30%, com boa vontade, de todo esse bolo administrável. Não estou dizendo que isso ou aquilo seja errado ou certo. São maneiras de exercer o poder. A Casa Militar tem a seu cargo, fundamentalmente, a segurança do presidente da República, o encaminhamento de problemas militares, expedientes, obtenção de recursos. Como atividade visível, é a segurança do presidente da República: o transporte, a organização de suas viagens, a prevenção de acidentes. É preciso ter uma espécie de sentimento do que vai acontecer. Se bem que o presidente Itamar não tivesse essa preocupação. Ele não era hostilizado, e também não tinha preocupação com a sua segurança. Sempre foi uma pessoa muito aberta. Até nos assustava um pouquinho, mas depois nos acostumamos e deu tudo certo.

Qual é o contato do chefe da Casa Militar com os ministros militares?

Ele é uma espécie de intermediário. Para o ministro é mais fácil dizer: “Cardoso, está havendo essa dificuldade. Você poderia falar com o presidente...” É uma espécie de meio de campo. É um cargo político que tem essa característica.

Os ministros são, hierarquicamente, superiores ao chefe da Casa Militar.

Sim, no meu caso, eu era general-de-brigada. Mas, no tempo em que eu era o chefe da Casa Militar, eu também era ministro de Estado. O chefe da Casa Militar tem que ser ministro de Estado, até do ponto de vista do Judiciário, porque o ministro só pode ser questionado pelo STF e o secretário, não. Ele pode ser acionado. É claro que eu era ministro, mas sabia que eu não era igual ao ministro do Exército.

No governo Itamar não havia mais o SNI. O chefe da Casa Militar também passava informações ao presidente?

Não. Existia a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que era o antigo Conselho de Segurança Nacional e que depois virou a Saden. No governo Itamar, o almirante Flores foi nomeado o novo secretário de Assuntos Estratégicos e foi ele quem englobou essa parte de inteligência junto ao governo federal.

Quais eram suas principais atividades na Casa Militar?

Há essa atividade mais visível, que é cuidar da segurança do presidente, organizar as viagens etc. Viaja-se muito. E, no caso do presidente Itamar, houve uma circunstância muito interessante, que dificilmente algum outro vai repetir, que eram as viagens rodoviárias. Nós saíamos daqui de Brasília de avião, íamos até o Rio, onde montávamos um comboio para levar o presidente para Juiz de Fora. Muitas vezes a viagem era à noite, o que aumenta os riscos, porque a estrada é pública. O presidente Figueiredo descia no aeroporto e pegava um helicóptero para ir de um lugar a outro. As viagens rodoviárias foram uma característica do governo Itamar. Ele não abria mão de ir a Juiz de Fora, mas não gostava de helicóptero. Chegou a pegar uma vez, e, no final, fomos algumas vezes de “Brasília”. Ele era de extrema simplicidade — outra marca do seu governo — e fazia um grande empenho para que não parecesse que estava indo gente demais na viagem.

O presidente Itamar assumiu com crédito a seu favor. O país havia passado por um impeachment e, numa crise, se dá um crédito a quem chega porque

as coisas têm que se estabilizar. Teve também o Plano Real, que trouxe estabilidade à economia.

O governo Itamar começou com muita desconfiança, apesar de ter havido tudo isso: o país estava em crise, e é claro que ninguém estava torcendo contra. Mas logo assim que o presidente nomeou o ministério — ele começou numa sexta-feira e anunciou cinco ou seis nomes do ministério —, já no dia seguinte, não sei se foi a *Veja* ou a *IstoÉ*, estampavam a manchete: “Ministério pífilo”. Por quê? Fundamentalmente, porque os escolhidos para dirigir a área econômica não eram de São Paulo. Mas, na verdade, acho que nos últimos anos o presidente Itamar foi o homem que teve a maior felicidade na condução do governo. Ele saiu com quase 90% de popularidade. Entrou numa crise, implementou o Plano Real, deixou o país organizado, elegeu o sucessor. Sucessos como os que ele colheu, poucas pessoas colheram. Hoje há muita polêmica a respeito de quem criou o Real. Pode-se até discutir quem foi o criador do Real, mas não foi o Itamar que o enterrou. A impressão que tenho dele é a de um homem altamente bem-intencionado. Sempre procurou tomar medidas que beneficiassem a todos.

Hoje [1999], o governador Itamar em Minas está em choque direto com o governo federal. É uma “trincheira” — ele usou essa expressão — de resistência. É o mesmo Itamar que o sr. conheceu?

Não sei, porque estou completamente afastado. O acompanhamento através da imprensa é muito difícil porque, às vezes, ela coloca cores e tons em determinados comportamentos, de modo que, baseando-se apenas nisso para emitir uma opinião, podemos nos enganar. Mas acho que o Itamar foi um excelente presidente, fez muita coisa. Porque não tinha compromisso com grupos, como o Collor tinha.

Qual era o grau de informação do presidente Itamar a respeito dos assuntos militares?

O presidente Itamar reuniu pela primeira vez o alto comando das Forças Armadas, formado pelo ministro do Exército, o chefe do Estado-Maior do Exército, o ministro da Marinha e o chefe do Estado-Maior da Marinha, o ministro da Aeronáutica e o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o ministro do Emfa, o chefe da Casa Militar, o secretário de Assuntos Estratégicos. Ele fez uma reunião para que os militares apresentassem o estágio das Forças Armadas, suas realizações e anseios. Pouca gente sabe disso.

Isso foi logo no início do governo?

Ele assumiu em outubro de 1992, essa reunião deve ter sido em 1993. Evidentemente, pode-se perguntar o que resultou disso. Na realidade, talvez tenha resultado apenas num conhecimento das atividades militares por parte do governo. Ele fez essa reunião e também teve uma participação no Projeto Sivam, que ele acompanhava. O brigadeiro Lôbo foi o homem que começou a conduzir aquele processo.

O sr. acha que Itamar foi um presidente mais simpático que o Collor, em relação aos militares?

Fazer comparações é muito complicado. Depois que terminou o ciclo dos governos militares e, particularmente, depois da Constituição de 1988, a atividade militar ficou meio complicada. A Constituição de 1988 foi cidadã para alguns e não para outros. O segmento militar, particularmente, ficou muito complicado até na questão de salários, posições e uma série de outras coisas que existiam, apesar de todo o mundo ter dito que havia uma grande assessoria militar na Constituinte. O poder militar já estava esmaecendo, e a Constituição de 1988 definiu uma série de atribuições e tirou outras das Forças Armadas. O Itamar foi justo. Fez o que pôde. Não fez grandes promessas, mas também não fez nenhum tipo de atividade, na minha avaliação, que pudesse nos prejudicar. Foi justo, foi correto com os militares. O Collor já partiu de uma prevenção contra o SNI e se desgastou.

Quando terminou o governo Itamar, o sr. ficou como assessor especial do presidente Fernando Henrique, para a criação da Abin. Como foi essa função?

Eu trabalhava naquela área onde era a antiga Escola Nacional de Informações. Meu gabinete ficava na antiga Agência Central do SNI. Teoricamente, eu não estava subordinado a ninguém. Havia um interesse de que eu fosse subordinado a determinadas áreas. Mas isso foi uma complicação que foi se estendendo, e ao final de 1994 pedi para sair. O meu intuito era a criação de uma agência de informação brasileira, mas isso não se cria de uma hora para outra. Mas o que houve? Quando começou o governo do presidente Fernando Henrique, a SAE passou a ter como escopo a elaboração de cenários futuros, estimativas etc. A parte de inteligência foi desvinculada e passou a ser chefiada por mim — teoricamente, como assessor especial. Na própria organização — essa é que foi a grande dificuldade —, estavam querendo vinculá-la ao secretário particular, que era o Eduardo Jorge. Então, ao final de algum tempo, depois de

algumas propostas, de algumas reuniões e encontros, cheguei à conclusão de que aquilo não ia frutificar e pedi para sair.

Por que não ia frutificar?

Existem várias razões e é difícil isolar uma. A primeira coisa que é preciso ter para que seja realmente criado um sistema de inteligência é uma definição, uma ação política, uma decisão governamental. Que nunca houve.

A que o sr. atribui isso?

Não sei. De certa forma, há muita resistência pelo passado recente. Nós vamos ter que nos acostumar com tudo isso. Houve um grande simpósio, muito interessante, que era a base de quase todas as idéias fundamentais para a criação de um novo sistema. Foi organizado sob a égide da Secretaria de Assuntos Estratégicos, no tempo do almirante Flores, no Congresso Nacional, com a participação de várias figuras que ainda hoje estão no cenário: jornalistas, diplomatas, políticos, militares. Produziram um documento muito interessante. Eu não participei, só tomei conhecimento depois. Mas li praticamente todo o trabalho, tem idéias interessantíssimas. Ali estão reunidas, eu diria, talvez de 85 a 90% das idéias boas sobre a criação de uma atividade de inteligência.

O sistema de inteligência tem que ter uma política, tem que ter um norte. O SNI, por exemplo, que era o órgão de informações durante o regime militar, tinha um norte. O SNI era anticomunista, não estou dizendo novidade nenhuma, foi criado para isso. Claro que tinha um caráter ideológico. Isso foi inevitável. O que não se pode ter é um serviço sem uma direção. Se não existe um norte, procura-se o quê? O que acontece hoje? Um vazio. A partir do fim do SNI, todo o mundo começou a procurar novos caminhos. O que os serviços de inteligência das Forças Armadas vão realizar hoje? Hoje eu nem sei, estou afastado, mas na época estava todo o mundo procurando um caminho.

Uma agência de inteligência deveria ter controle externo?

Na verdade, isso tudo pode ser equacionado. A atividade tem que orientar o governo, o Estado. Muita gente diz que o Estado é uma instituição, uma figura que está além do governo. Porque, quando se fala em “governo”, se fala em “pessoa”, mas quando se fala “Estado”, é algo abstrato. Então se propõe que a atividade tem que servir ao Estado. Mas o Estado se representa, através daquela execução, como governo. Quem exerce o poder de Estado em nome do Estado? É o governo. Mas isso não

pode ser confundido com um serviço pessoal ao governo. Há uma grande dificuldade em tudo isso.

A impressão que dá é que essa não foi uma função muito gratificante para o sr.

Não foi. Foi difícil. Foi complicada. É uma área difícil e tem vários outros aspectos. É preciso considerar que, no passado, a atividade de informações interferia em todos os segmentos da segurança nacional. Ela participava como cabeça do sistema. Hoje, nós vemos vários segmentos interessados na segurança pública, mas ninguém quer assumir a execução da segurança interna porque é muito sensível. Acho que vamos ter que caminhar para algo nesse sentido, mas ainda vai demorar algum tempo.

O sr. não acha que o general Alberto Cardoso está com excesso de funções — Abin, Casa Militar e agora a coordenação do combate ao narcotráfico?

Acho que não é o ideal. Mas, se há uma pessoa que pode conduzir todos esses problemas com elevado grau de eficiência, é o general Alberto Cardoso.

A respeito da concepção de inteligência, o sr. pensa de acordo com ele?

Não posso dizer. Tenho a impressão de que o nosso pensamento talvez não deva ser muito diverso. Mas, realmente, não conheço os projetos, me afastei. Na época em que estava como assessor especial, as nossas idéias combinavam.

Na época, o sr. conversava com a Polícia Federal?

Muito pouco.

E com a SAE?

Com a SAE, não. O embaixador Sardenberg, diretor da SAE, estava fora disso. Eu conversava com o ministro do Exército. Conversava com o general Cardoso, chefe da Casa Militar; com o Eduardo Jorge, porque teoricamente havia uma certa relação. Esses eram os meus interlocutores. Eu conversava também com o pessoal da Marinha, da Força Aérea, mas eram apenas contatos. Esse período de assessoria especial foi mais ou menos nesse sentido.

Por que o sr. acha que o projeto da Abin, nesse período pelo menos, não conseguiu caminhar?

Eu acho que ainda não há uma vontade política de implementá-lo. Há uma resistência latente, pois é uma atividade que gera muita sensibili-

dade. Eu diria que, hoje em dia, não se pode deixar espaços livres. No momento em que se acaba com uma instituição, os espaços são criados. Esses espaços são, hoje, ocupados institucionalmente: existem entidades que, constitucionalmente, agem nesse sentido. Hoje, é a Polícia Federal que tem mandato sobre o problema das drogas. Quando se cria uma secretaria, como se criou — eu estou me colocando fora do problema, pois não tenho um conhecimento aproximado —, os órgãos acabam, de alguma forma, colidindo.

Há uma zona de atrito entre o general Alberto Cardoso e a Polícia Federal, pelo menos a acreditarmos no que a imprensa noticia.

É. Aí, você tem que entrar numa espécie de “quem tem mandato”? Quem tem o mandato hoje, constitucionalmente, é a Polícia Federal. Inclusive tem atribuições para a área de informações.

A impressão que dá é que a Polícia Federal tem também um alto grau de corporativismo.

Aí nós vamos entrar noutro capítulo. A Polícia Federal foi criada pelo regime militar, e acho importante que exista, assim como existe nos países organizados — os Estados Unidos têm o FBI. Mas essa polícia tem que ser eficiente, tem que ter estrutura, conhecimento. Eu não gostaria de entrar nisso porque estaria falando sobre um problema paralelo. É uma área difícil, que acaba resumida numa palavra: violência. Quanta gente se diz encarregada do combate à violência? Mas ela está cada vez mais presente em todos os momentos da nossa vida. Se você for procurar, vai encontrar muitas causas para isso.